



Deslocamentos superiores a 2 horas por dia marcam a rotina em 10 capitais brasileiras; transporte coletivo segue central, mas desafios persistem

Pesquisa revela que internautas continuam se sentindo inseguros ao circular a pé pelas cidades e que preço da tarifa tem impacto no cotidiano

24 de setembro de 2026

A pesquisa **Viver nas Cidades: Mobilidade urbana** é uma realização do Instituto Cidades Sustentáveis, executada pela Ipsos-Ipec entre os dias 1 e 20 de julho desse ano. Na ocasião foram realizadas 3.500 entrevistas em painel de internautas, distribuídas entre as cidades de Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Goiânia, considerando pessoas com 16 anos ou mais que moram nessas cidades há pelo menos dois anos.

Os deslocamentos urbanos continuam representando um desafio para os internautas moradores das principais capitais brasileiras. O levantamento aponta que o tempo médio gasto diariamente em deslocamentos aumentou de 1h56 em 2025 para 2h05 em 2026, uma alta de nove minutos. Ao mesmo tempo, o transporte coletivo permanece como principal meio de locomoção e a sensação de insegurança para caminhar pelas cidades segue elevada.

"Os resultados mostram que o transporte coletivo continua sendo o principal instrumento de acesso à cidade para milhões de brasileiros, especialmente para as pessoas com menor renda familiar. Ao mesmo tempo, o avanço do tempo de deslocamento e a persistência de problemas como lotação, demora e custo das passagens evidenciam a dificuldade do país em priorizar políticas para garantir uma mobilidade urbana mais eficiente, inclusiva e sustentável.", pondera Patricia Pavanelli, diretora de Opinião Pública e Política da Ipsos-Ipec.

Mais tempo gasto para se deslocar

Atualmente, os internautas das cidades pesquisadas gastam em média 2h05 por dia em deslocamentos urbanos. Quatro em cada dez (42%) passam mais de uma hora e meia por dia se locomovendo pela cidade.

Fortaleza registra o maior tempo médio diário de deslocamento, com 2h18, além do maior avanço em relação a 2025 (+20 minutos). Também são identificados aumentos em Recife (+17 minutos), Goiânia (+15 minutos) e Rio de Janeiro (+12 minutos). A única capital a apresentar redução é Belém, onde o tempo médio cai 12 minutos na comparação com o estudo anterior. Porto Alegre permanece com o menor tempo médio de deslocamento, com 1h37 por dia.

Ônibus se mantém como principal modal de deslocamento

O ônibus continua sendo o principal meio de transporte utilizado pelos moradores das capitais pesquisadas. Em 2026, 35% afirmam utilizar principalmente ônibus, BRT ou MOVE, percentual estável em relação a 2025. O carro aparece na sequência, com 18%, seguido por carros por aplicativo (8%) e metrô (8%).

O transporte coletivo permanece predominante sobre os meios individuais: 54% utilizam principalmente algum modal coletivo, contra 44% que priorizam meios individuais.

Salvador é a capital com maior parcela de usuários de transporte coletivo (65%). No outro extremo, Goiânia continua a capital com maior dependência do transporte individual (67%), seguida por Manaus (59%).

A pesquisa mostra ainda que quem utiliza transporte coletivo gasta mais tempo se deslocando. O tempo médio dos usuários desses modais chega a 2h17 por dia, contra 1h47 entre os que usam prioritariamente transporte individual.

Uso do transporte coletivo permanece elevado

Mesmo entre aqueles que não utilizam o transporte público como principal meio de locomoção, muitos recorrem ao modal ocasionalmente. Ao todo, 78% dos participantes afirmam utilizar algum tipo de transporte público coletivo.

O índice é mais elevado em Salvador (84%), São Paulo (82%), Belém (82%) e Rio de Janeiro (81%). Goiânia apresenta o menor percentual, com 51%.

Entre os grupos sociais, o uso é mais frequente nas classes C e D/E e entre pessoas com renda familiar de até dois salários mínimos, reforçando a importância do transporte coletivo como instrumento de acesso à cidade e aos serviços urbanos.

Reduzir espera e aumentar velocidade são prioridades para adesão de não usuários

Entre os internautas que não utilizam transporte coletivo, os principais fatores que poderiam incentivar a adoção do modal são:

- Redução do tempo de espera nos pontos e terminais (41%);
- Tornar o trajeto mais rápido que outros meios de transporte (40%);
- Ampliação das linhas e da cobertura do sistema (32%).

Em comparação com 2025, cresce a importância da velocidade dos deslocamentos como atributo capaz de atrair novos usuários para o transporte público.

Sete em cada dez internautas utilizam ônibus

O levantamento aponta que 70% dos participantes utilizam ônibus municipais, BRT ou MOVE. O índice é mais alto em Belém (76%), Rio de Janeiro (75%), Porto Alegre (74%) e Salvador (74%). Em Goiânia, o percentual cai para 53%.



Entre os usuários desses sistemas, os problemas considerados mais urgentes permanecem praticamente os mesmos observados em 2025:

- Lotação dos veículos (24%);
- Preço da tarifa (20%);
- Estado e condições gerais dos veículos (12%);
- Segurança (10%);
- Pontualidade e frequência (10% cada).

Tarifa impacta lazer, convivência e oportunidades

O preço da tarifa do transporte continua afetando o cotidiano de parcela expressiva da população usuária de ônibus.

Segundo a pesquisa, 63% afirmam deixar de visitar amigos ou familiares em outros bairros sempre ou às vezes devido ao custo das passagens. O mesmo ocorre com as atividades de lazer, como parques e cinemas (59%); as consultas médicas e exames (51%); a procura por emprego (44%) e a frequência à escola ou universidade (33%).

O impacto é ainda mais intenso entre os mais jovens e as pessoas de menor renda.

Apoio à tarifa zero depende de melhorias no serviço

A discussão sobre a adoção da tarifa zero continua sendo percebida de forma favorável, mas condicionada à melhoria da qualidade do sistema.

Para 25% dos entrevistados a gratuidade pode ser positiva, desde que haja melhoria da qualidade e da frequência do serviço. Outros 22% acreditam que a medida ampliaria o acesso ao transporte e reduziria a exclusão social. Já 16% avaliam que a tarifa zero incentivaria a redução do uso do carro e contribuiria para diminuir congestionamentos e emissões de poluentes.

Insegurança para caminhar permanece elevada

Outro desafio identificado pelo estudo é a segurança viária para pedestres, visto que oito em cada dez respondentes (80%) afirmam sentir-se pouco seguros ou nada seguros ao transitar pela cidade a pé, percentual semelhante ao registrado em 2025. Entre as mulheres, o índice de insegurança alcança 85%.

O Rio de Janeiro apresenta o pior cenário, com 87% relatando sensação de insegurança. Goiânia registra o melhor resultado, embora a maioria (62%) declare se sentir insegura como pedestre.

Para Patricia Pavanelli, de forma geral, os resultados mostram que os desafios da mobilidade urbana vão além da oferta de transporte público e incluem questões como tempo de deslocamento, acessibilidade econômica e condições de circulação segura pelos espaços urbanos.”



Sobre a Pesquisa

A pesquisa *Viver nas Cidades: Mobilidade urbana* é uma realização do Instituto Cidades Sustentáveis e da Ipsos-Ipec, com apoio da Fundação Grupo Volkswagen e cofinanciamento da União Europeia. O objetivo é verificar a percepção dos internautas residentes em dez capitais brasileiras sobre temas relacionados à mobilidade urbana.

O universo considera internautas de 16 anos ou mais das classes ABCDE, residentes há pelo menos 2 anos em 10 capitais brasileiras: Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Goiânia. Foram realizadas 3.500 entrevistas de forma online entre os dias 1 e 20 de julho de 2026.

A amostra foi elaborada com base em dados do CENSO 2022, PNADC 2024 e dados da Ipsos-Ipec, com controle de cotas por sexo, idade, classe social e ocupação. O nível de confiança é de 95% e a margem de erro para o total da amostra é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos. Para os resultados por capital, a margem de erro pode variar de 4 a 6 pontos percentuais, de acordo com a amostra da cidade.

Realizada no âmbito do Programa Cidades Sustentáveis, a pesquisa conta com o cofinanciamento da União Europeia, como parte do “Programa de fortalecimento da sociedade civil e dos governos locais para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)”. O projeto tem como parceiros institucionais a Frente Nacional dos Prefeitos e Prefeitas (FNP) e a Estratégia ODS.

Sobre o Instituto Cidades Sustentáveis

O Instituto Cidades Sustentáveis (ICS) é uma organização da sociedade civil criada em 2007, com o objetivo de fortalecer as instituições públicas e a democracia, bem como promover o debate sobre o enfrentamento das mudanças climáticas. Produzem conteúdos, metodologias e ferramentas de apoio à gestão pública municipal e ao desenvolvimento de projetos em rede, utilizando como base indicadores de desempenho nas diversas áreas de atuação da administração pública.

A atuação do ICS envolve também a articulação, mobilização e sensibilização de gestores públicos municipais para a implementação de políticas públicas que promovam a melhoria da qualidade de vida da população em seus variados aspectos. Esse trabalho é desenvolvido em duas frentes: a Rede Nossa São Paulo, com foco na capital paulista; e o Programa Cidades Sustentáveis, de âmbito nacional, voltado para todos os municípios brasileiros.